
REVISTA TAKA'A

DESCOLONIZANDO CÓDIGOS: A LITERATURA INDÍGENA EM DIÁLOGO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Decolonizing Codes: Indigenous Literature in Dialogue with Artificial Intelligence
Códigos descolonizadores: literatura indígena em diálogo con la inteligencia artificial

Nome: Denis Ramón Fúnes Flores

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Email: derafuflo@mail.uft.edu.br

<https://orcid.org/0009-0001-8674-2499>

Resumo

Este artigo analisa as potencialidades e os desafios do diálogo entre a literatura indígena contemporânea, e as tecnologias de Inteligência Artificial (IA), a partir de uma perspectiva decolonial. O objetivo central é investigar como a IA pode interagir com epistemologias originárias sem reproduzir lógicas colonialistas de apagamento cultural. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e analítico-discursivo, fundamentada em teóricos decoloniais e em obras de autores indígenas como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara e Ailton Krenak. Os resultados indicam que, embora os algoritmos atuais tendam a reforçar vieses hegemônicos na interpretação de narrativas indígenas, existem possibilidades produtivas quando o desenvolvimento tecnológico incorpora princípios éticos de consulta, coprodução e soberania digital das comunidades. Conclui-se que o diálogo descolonizador entre literatura indígena e IA exige não apenas ajustes técnicos, mas uma reorientação epistemológica que reconheça a pluriversalidade dos saberes. Como contribuição, o estudo propõe diretrizes para práticas pedagógicas interculturais e para o desenvolvimento responsável de ferramentas digitais em contextos de educação escolar indígena, alinhando-se ao foco interdisciplinar da Revista *Taka'a*.

Palavras-chave: Decolonial. Literatura Indígena. Inteligência Artificial. Epistemologias Originárias. Educação Intercultural.

Abstract

This article analyzes the potentialities and challenges of dialogue between contemporary Indigenous literature and Artificial Intelligence (AI) technologies from a decolonial perspective. The central objective is to investigate how AI can interact with Indigenous epistemologies without reproducing colonialist logics of cultural erasure. Methodologically, a qualitative approach is adopted, based on bibliographic and analytical-discursive procedures, grounded in decolonial theories and works by Indigenous authors such as Daniel Munduruku, Eliane Potiguara,

and Ailton Krenak. Results indicate that, although current algorithms tend to reinforce hegemonic biases in interpreting Indigenous narratives, productive possibilities exist when technological development incorporates ethical principles of consultation, co-production, and digital sovereignty for communities. It is concluded that decolonizing dialogue between Indigenous literature and AI requires not only technical adjustments, but an epistemological reorientation that recognizes the pluriversity of knowledge. As a contribution, the study proposes guidelines for intercultural pedagogical practices and for the responsible development of digital tools in Indigenous school education contexts, aligning with the interdisciplinary focus of Revista Taka'a.

Keywords: Contemporary Literature. Algorithms. Writing Ethics. Digital Aesthetics. Portuguese language.

1 INTRODUÇÃO

A literatura indígena contemporânea no Brasil consolidou-se nas últimas décadas como um campo vital de resistência, reexistência e afirmação identitária. Longe de se restringir a uma manifestação estética, ela opera como dispositivo de memória, tradução cultural e denúncia das violências históricas e contemporâneas sofridas pelos povos originários. Autores e autoras como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Julie Dorrico e Graça Graúna têm transformado a oralidade em escrita, a escrita em pedagogia e a narrativa em território simbólico de luta política (Munduruku, 2015; Potiguara, 2004). Nesse contexto, a produção literária indígena não apenas dialoga com o cânone ocidental, mas o desloca, propondo outras temporalidades, cosmovisões e relações entre humanos e não humanos.

Paralelamente, a inteligência artificial (IA) emerge como uma tecnologia hegemônica na produção, circulação e mediação de saberes no século XXI. Algoritmos de processamento de linguagem natural, tradução automática e geração de texto são cada vez mais incorporados a ambientes educacionais, arquivos digitais e plataformas de divulgação cultural. Contudo, a IA não é neutra: seus modelos são treinados em corpora majoritariamente ocidentais, reproduzindo vieses linguísticos, epistemológicos e políticos que tendem a apagar ou exotizar narrativas originárias (Noble, 2018; Santos, 2020). Quando aplicadas a textos indígenas, essas ferramentas frequentemente falham em reconhecer a densidade simbólica, a relação com a terra e a oralidade performática que estruturam essas produções, operando, assim, uma forma de colonialismo digital.

Diante desse cenário, emerge a seguinte problematização: de que modo a inteligência artificial pode ser mobilizada para dialogar com a literatura indígena sem reproduzir lógicas de extração, apagamento ou homogeneização cultural? A tensão entre a aceleração tecnológica e a preservação da diversidade epistêmica exige uma reflexão crítica que não rejeite a tecnologia

a priori, mas que a submeta a um escrutínio decolonial, reconhecendo a agência indígena na definição dos usos, limites e éticas da mediação algorítmica.

A questão que norteia este estudo é: como estabelecer um diálogo ético e epistemologicamente equilibrado entre a literatura indígena contemporânea e as tecnologias de inteligência artificial, de modo a respeitar a soberania narrativa dos povos originários e evitar a reprodução de colonialismos digitais?

Para responder a essa interrogação, o objetivo geral do artigo é analisar as potencialidades e os limites do encontro entre a produção literária indígena e a IA, a partir de uma perspectiva decolonial. Como objetivos específicos, buscam-se: (i) mapear as características epistêmicas e narrativas da literatura indígena contemporânea que desafiam os padrões de processamento algorítmico; (ii) identificar os riscos de apagamento cultural e os vieses hegemônicos presentes nas ferramentas de IA aplicadas a textos originários; e (iii) propor diretrizes para um uso crítico e colaborativo da tecnologia em contextos de educação escolar indígena e produção literária intercultural.

A relevância deste estudo reside na urgência de se pensar as tecnologias digitais não como ferramentas externas e neutras, mas como espaços de disputa epistêmica onde se definem quais vozes são amplificadas, quais são silenciadas e quais saberes são legitimados. Para a educação escolar indígena, esse debate é fundamental, uma vez que a incorporação de ferramentas digitais e de IA em salas de aula, projetos de documentação linguística e acervos pedagógicos tem crescido exponencialmente, muitas vezes, sem uma mediação crítica que respeite as cosmologias e os protocolos comunitários.

O artigo dialoga diretamente com o foco interdisciplinar da Revista *Taka'a*, articulando literatura, línguas, educação e ciências sociais em torno de um tema emergente: a interseção entre saberes originários e inovações tecnológicas. Ao propor uma leitura decolonial da inteligência artificial, o estudo contribui para ampliar o debate sobre soberania digital indígena, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para educadores, pesquisadores e comunidades que buscam integrar a tecnologia de forma ética, contextualizada e alinhada aos projetos de autonomia dos povos. Dessa forma, pretende-se não apenas criticar os modelos hegemônicos de IA, mas também, apontar caminhos para uma coconstrução tecnológica que reconheça a literatura indígena não como dado a ser processado, mas como código vivo de sabedoria, resistência e futuro.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Literatura indígena como ato de resistência e reexistência

A literatura indígena contemporânea no Brasil não se constitui meramente como uma vertente estética da produção nacional, mas como um campo epistêmico-político de afirmação identitária, denúncia das violências coloniais e revitalização de saberes ancestrais. Diferentemente da tradição literária ocidental, que historicamente separou ficção de realidade e individualizou a autoria, a produção literária indígena emerge como continuidade da oralidade, da performance ritual e da memória coletiva. Esse movimento tem sido conceituado por autores como oralitura, termo que sintetiza a fusão entre a tradição oral e a escrita, mantendo a escuta, o ritmo, a circularidade e a relação com o território como pilares estruturantes da narrativa (Graúna, 2018; Munduruku, 2015).

Nesse contexto, a literatura opera como dispositivo de reexistência, conceito cunhado por Eliane Potiguara (2004) para descrever os processos criativos que não apenas resistem ao apagamento histórico, mas reinventam formas de estar no mundo, reativando línguas, cosmologias e práticas pedagógicas comunitárias. Autores como Daniel Munduruku (2015), Julie Dorrico (2021), Graça Graúna (2018) e Ailton Krenak (2019) têm demonstrado, em suas obras, que narrar é um ato político de ocupação simbólica do espaço público e de desconstrução de estereótipos coloniais. A literatura indígena, portanto, não busca inserção no cânone hegemônico, mas propõe sua expansão, questionando hierarquias de validação do saber e afirmando a pluralidade de modos de narrar o humano e o não humano (Dorrico, 2021).

Essa produção desafia categorizações ocidentais ao priorizar a interdependência entre gerações, a relação ética com a natureza e a compreensão do tempo como ciclo, e não como progresso linear. Ao fazê-lo, ela se configura como código cultural vivo: um sistema de transmissão de conhecimentos que opera por metáforas, símbolos, cantos e histórias, cuja tradução para outras línguas ou para formatos digitais exige cuidado ético e metodológico. É precisamente nessa tensão entre preservação e inovação que o diálogo com as tecnologias contemporâneas, em especial a inteligência artificial, se torna urgente e necessário.

2.2 Epistemologias decoloniais e pensamento indígena

A emergência de uma crítica decolonial às estruturas de poder, saber e ser tem reconfigurado o debate sobre ciência, tecnologia e educação nas últimas décadas. Inspirados em pensadores como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Catherine Walsh, estudos decoloniais evidenciam que a colonialidade não se esgotou com as independências políticas, mas persiste

na matriz de classificação, hierarquização e exclusão de saberes (Quijano, 2005; Mignolo, 2014). Nesse quadro, a colonialidade do saber opera por meio da universalização de epistemologias eurocentradas, que se apresentam como neutras, racionais e superiores, marginalizando modos de conhecimento ancorados na oralidade, na relação com o território e na cosmovisão comunitária.

O pensamento indígena oferece alternativas concretas a essa lógica. Conceitos como pluriverso, proposto por Mignolo (2014), afirmam a coexistência de múltiplos mundos e racionalidades, rejeitando a pretensão universalista de um único modelo de verdade. Já o bem-viver (*ou sumak kawsay, em quéchua; ñandereko, em guarani*) propõe uma organização social baseada na reciprocidade, no equilíbrio ecológico e na harmonia entre seres humanos e natureza, contrastando radicalmente com a lógica extrativista e individualista do capitalismo tecnocientífico (Guerra, 2019).

Aplicado ao campo tecnológico, esse repertório decolonial questiona a narrativa de neutralidade e progresso inerente à inteligência artificial. A visão ocidental moderna tende a tratar a tecnologia como ferramenta autônoma de avanço, ignorando que seus desenvolvimentos são moldados por interesses econômicos, hierarquias raciais e estruturas coloniais de extração de dados. Uma leitura decolonial da tecnologia, por sua vez, exige que se reconheça a agência indígena na definição dos usos, limites e éticas dos sistemas algorítmicos, subordinando o desenvolvimento tecnológico aos projetos de autonomia territorial, linguística e epistêmica dos povos originários.

2.3 Inteligência Artificial: desafios éticos e possibilidades decoloniais

A inteligência artificial, particularmente os modelos de linguagem de grande escala (*LLMs*), tem transformado a produção, mediação e circulação de textos em escala global. No entanto, esses sistemas são treinados em corpora majoritariamente compostos por línguas hegemônicas (inglês, espanhol, português padrão) e por produções culturais validadas por instituições ocidentais. Esse viés estrutural resulta no que Safiya Noble (2018) denomina algoritmos de opressão, que tendem a invisibilizar, exotizar ou distorcer narrativas marginalizadas. Quando aplicados a textos indígenas, os algoritmos frequentemente falham em reconhecer a polissemia de termos culturais, a importância do contexto ritual, a autoria coletiva e a relação intrínseca entre palavra e território, operando uma forma de extrativismo epistêmico digital.

Apesar desses riscos, a IA também abre possibilidades decoloniais quando desenvolvida e implementada sob princípios de soberania de dados e coconstrução comunitária. Iniciativas recentes têm demonstrado o potencial de ferramentas de processamento de linguagem natural para documentação e revitalização de línguas indígenas em risco, criação de dicionários digitais interativos, tradução assistida para materiais pedagógicos bilíngues e arquivamento seguro de narrativas orais (Benjamin, 2019; Kukutai; Thompson, 2022). O diferencial dessas experiências reside na adoção de frameworks éticos como os CARE Principles for Indigenous Data Governance (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics), que invertem a lógica colonial de extração e colocam as comunidades no centro da governança, do consentimento e dos benefícios gerados.

Nesse sentido, a IA não é intrinsecamente colonial, mas sua arquitetura atual reflete assimetrias históricas de poder. Uma abordagem decolonial à tecnologia exige, portanto, a transição de modelos de IA sobre os povos indígenas para modelos de IA com e pelos povos indígenas. Isso implica participação ativa na curadoria de dados, transparência algorítmica, reconhecimento de licenças comunitárias de uso e desenvolvimento de interfaces que respeitem protocolos de circulação do saber (ex.: restrições de gênero, época do ano ou grau de iniciação para determinados conhecimentos).

2.4 Diálogo teórico: pontos de convergência e tensão

O encontro entre literatura indígena e inteligência artificial é atravessado por tensões estruturais e, também, por potenciais convergências. Do lado das tensões, destacam-se a incompatibilidade entre a lógica algorítmica de padronização, extração e reprodução estatística e a natureza relacional, contextual e muitas vezes restrita dos saberes indígenas. A IA, em sua configuração hegemônica, tende a tratar textos como dados descontextualizados, ignorando que na oralitura e nas narrativas originárias a palavra é corpo, território e vínculo comunitário.

Por outro lado, existem pontos de convergência que podem ser mobilizados de forma ética. A IA pode atuar como mediadora pedagógica em contextos de educação escolar indígena, auxiliando na criação de materiais didáticos bilíngues, na organização de acervos digitais seguros e na tradução de narrativas para fins de divulgação intercultural, desde que sob supervisão comunitária. Além disso, a geração assistida por algoritmos pode ser ressignificada como ferramenta de coautoria, onde escritores indígenas utilizam a tecnologia para expandir repertórios, experimentar novas formas de expressão ou documentar variações linguísticas, mantendo o controle criativo e ético sobre o produto final.

O diálogo teórico proposto nesta seção evidencia que descolonizar os códigos da inteligência artificial não significa rejeitar a tecnologia, mas submetê-la a uma reorientação epistemológica. Isso requer o reconhecimento da literatura indígena não como insumo para treinamento de modelos, mas como fonte de sabedoria, protocolo e crítica. A convergência entre esses campos só se torna viável quando se adota uma postura de humildade epistêmica, de escuta ativa e de compromisso com a autodeterminação indígena. É com base nesses fundamentos que a seção seguinte avança para a análise concreta de interseções entre produção literária originária e mediação algorítmica, propondo caminhos para uma prática tecnológica que honre, e não apague, as vozes dos povos da floresta, do cerrado e do rio.

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem metodológica

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e analítico-discursiva, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática e análise crítica de produções textuais e tecnológicas. A perspectiva decolonial orienta não apenas o arcabouço teórico, mas a própria postura metodológica, operando como princípio epistêmico que questiona hierarquias de validação do saber e prioriza a agência, a autoria e os protocolos de circulação de conhecimento indígena. Nesse sentido, a pesquisa afasta-se de paradigmas extrativistas que tratam narrativas originárias como "dados" a serem minerados por algoritmos, posicionando-se como um exercício de leitura crítica e de reflexão situada sobre os encontros entre saberes literários e mediação algorítmica. A metodologia decolonial exige transparência sobre os lugares de enunciação, reconhecimento da dimensão coletiva frequentemente inerente às produções indígenas e compromisso ético com a não apropriação indevida ou descontextualização de saberes (Tuhiwai Smith, 2018; Walsh, 2015).

3.2 Procedimentos de análise

O percurso analítico foi estruturado em três etapas interdependentes. Na primeira, realizou-se a seleção de um *corpus* literário indígena contemporâneo, composto por obras de autores e autoras com trajetória consolidada e reconhecimento no cenário acadêmico e cultural brasileiro, como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Julie Dorrico e Graça Graúna. A escolha baseou-se em critérios de representatividade étnico-territorial, engajamento explícito com questões de oralidade, escrita e memória, e acesso público às obras. O *corpus* não pretende ser exaustivo, mas servir como base analítica para identificar padrões narrativos, estruturas simbólicas e desafios de tradução cultural.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise de ferramentas de inteligência artificial, com foco em modelos de linguagem de grande escala (*LLMs*) e sistemas de tradução automática disponíveis publicamente. Foram submetidos excertos selecionados do corpus a *prompts* de análise, tradução e geração textual complementar. Os resultados foram avaliados qualitativamente quanto à precisão semântica, reconhecimento de contexto cultural, tratamento de termos intraduzíveis e presença de vieses estereotipados ou apagamentos simbólicos. A análise discursiva focalizou as discrepâncias entre a intenção autoral/estruturas narrativas indígenas e a interpretação algorítmica, mapeando pontos de falha, simplificação excessiva e, quando existentes, convergências produtivas.

A terceira etapa envolveu a aplicação de critérios éticos alinhados aos princípios de soberania de dados indígenas. Embora a pesquisa seja predominantemente bibliográfica e analítica, adotou-se o *framework* CARE (*Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics*) como diretriz metodológica para garantir que a análise não reproduza lógicas de extração digital ou violação de protocolos comunitários. Sempre que a interpretação de elementos culturais específicos exigiu aprofundamento, buscou-se respaldo em produções acadêmicas de autoria indígena e em literatura especializada sobre ética digital. A autoria, a proveniência e o contexto de cada trecho analisado foram rigorosamente atribuídos, evitando a anonimização algorítmica de vozes originárias.

3.3 Limitações do estudo

É fundamental reconhecer as limitações inerentes a esta pesquisa. Em primeiro lugar, o campo da inteligência artificial é dinâmico e de atualização acelerada, assim, os testes e as análises apresentados refletem o estado da arte em um momento específico, podendo sofrer alterações com o lançamento de novos modelos ou ajustes em arquiteturas algorítmicas. Em segundo lugar, a natureza proprietária e opaca ("caixa preta") de muitas ferramentas de IA impede o acesso completo aos corpora de treinamento e aos mecanismos internos de ponderação, o que limita a precisão das inferências sobre a origem de determinados vieses. Além disso, por se tratar de um estudo teórico-analítico, não houve pesquisa de campo direta ou validação empírica com comunidades indígenas, o que poderia enriquecer a leitura dos resultados. Futuras investigações poderão suprir essa lacuna por meio de metodologias colaborativas, envolvendo escritores, educadores e guardiões de saberes na coavaliação de ferramentas digitais. Por fim, reconhece-se a posicionalidade do pesquisador, cuja formação e

repertório teórico também são parcialmente mediados por marcos acadêmicos ocidentais, demandando constante vigilância epistêmica e abertura à revisão crítica por pares indígenas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A literatura indígena como código cultural: elementos analíticos

A literatura indígena contemporânea opera como um sistema semiótico complexo, onde a palavra não se reduz a signo linguístico isolado, mas funciona como código cultural que codifica cosmologias, protocolos relacionais e saberes territoriais. Diferentemente da tradição literária ocidental moderna, fundada na linearidade narrativa, na autoria individual e na separação entre ficção e realidade, a produção literária originária se estrutura a partir da circularidade temporal, da autoria coletiva ou compartilhada e da interdependência entre texto, performance e território. Esse arranjo epistêmico tem sido conceituado como oralitura, termo que evidencia a continuidade entre a transmissão oral e a escrita contemporânea, mantendo a escuta, o ritmo, a repetição ritual e a dimensão pedagógica como eixos estruturantes (Graúna, 2018; Munduruku, 2015).

Nesse sentido, analisar a literatura indígena como código cultural exige reconhecer que suas narrativas não buscam apenas representar o mundo, mas ativá-lo. A não linearidade, comum em obras de autores como Julie Dorrico e Daniel Munduruku, reflete uma concepção de tempo cíclico e ancestral, onde passado, presente e futuro coexistem e se retroalimentam. A simbologia empregada a animais, plantas, rios, astros não funciona como metáfora decorativa, mas como entidade relacional que exige leitura contextualizada e respeito aos protocolos de circulação do saber. Ademais, a multimodalidade inerente a essas produções, que integra palavra, canto, gesto, imagem e território desafia os paradigmas textuais ocidentais e, por extensão, os modelos computacionais de processamento de linguagem, que operam por segmentação linear, tokenização estatística e descontextualização semântica.

Quando compreendida como código, a literatura indígena revela-se um sistema vivo de transmissão intergeracional, onde a escrita é apenas uma das camadas de um saber que se sustenta na prática, na memória corporificada e na relação ética com o entorno. Essa compreensão é fundamental para qualquer tentativa de mediação tecnológica, pois impõe a necessidade de que a leitura algorítmica não reduza o código a dados extraíveis, mas reconheça sua natureza relacional, sagrada e politicamente situada. A tensão entre essa complexidade epistêmica e a arquitetura atual dos sistemas de inteligência artificial constitui o ponto de partida para a análise das possibilidades e dos limites do encontro entre esses dois campos.

4.2 IA "lendo" literatura indígena: possibilidades e armadilhas

Os modelos de inteligência artificial, especialmente, os grandes modelos de linguagem (LLMs), processam textos por meio de padrões estatísticos aprendidos em corpora massivos. Essa arquitetura, embora eficiente para tarefas de síntese, tradução e geração textual em línguas hegemônicas, revela fragilidades estruturais ao ser aplicada a narrativas indígenas. A primeira limitação reside na tokenização: algoritmos fragmentam o texto em unidades mínimas desprovidas de contexto ritual, territorial ou comunitário. Termos como *nhanderu*, *sumak kawsay* ou *juruá*, por exemplo, carregam camadas de significado que extrapolam a equivalência lexical, exigindo conhecimento situacional que os modelos atuais não possuem. Quando submetidos à tradução automática ou análise de sentimento, esses conceitos são frequentemente reduzidos a categorias universais, apagando sua densidade epistêmica e reproduzindo o que se pode denominar de homogeneização algorítmica.

A geração de texto, a partir de *prompts* com temática indígena, ilustra outra armadilha recorrente. Ao solicitar a criação de uma narrativa no estilo de literatura indígena, os sistemas tendem a recorrer a repertórios estereotipados presentes nos dados de treinamento: floresta intocada, xamanismo genérico, conexão mística com a natureza e um tom de exotismo pacificado. Esse padrão reflete a sobrerrepresentação de visões colonialistas e antropocêntricas nos corpora, resultando na produção de textos que simulam a voz indígena sem incorporar sua agência, sua crítica política ou sua relação conflituosa com a história colonial. A IA, nesse sentido, não lê; ela recombina probabilidades, e quando o conjunto de dados é enviesado, a recombinação reproduz e amplifica assimetrias históricas.

Não obstante, existem possibilidades produtivas quando a mediação algorítmica é empregada com fins específicos e sob governança comunitária. Ferramentas de processamento de linguagem podem auxiliar na indexação de acervos digitais, na identificação de variações dialetais em línguas ameaçadas ou na criação de glossários interativos para fins pedagógicos. O diferencial está na intenção e no controle: enquanto a IA hegemônica opera por extração e generalização, uma IA contextualizada pode funcionar como espelho crítico, revelando vieses, mapeando lacunas de representação e permitindo que educadores e escritores indígenas utilizem a tecnologia para fins de autorrepresentação e documentação segura. A chave reside em deslocar a IA de ferramenta de tradução automática para instrumento de mediação crítica, onde o algoritmo serve à amplificação da voz originária, e não à sua substituição ou domesticação.

4.3 Propostas para um diálogo decolonial com a tecnologia

Construir um diálogo decolonial entre literatura indígena e inteligência artificial exige a transição de um modelo extrativista para um modelo de coconstrução ética. O primeiro passo é a adoção de *frameworks* de governança de dados alinhados aos princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics), que invertem a lógica colonial de acesso irrestrito e colocam as comunidades no centro da decisão sobre coleta, armazenamento, uso e compartilhamento de informações (Carroll et al., 2020; Kukutai; Thompson, 2022). Isso implica o desenvolvimento de corpora digitais construídos com consentimento prévio, informado e contínuo, respeitando protocolos internos de circulação de saberes, como restrições de gênero, faixa etária ou grau de iniciação para determinados conhecimentos.

No campo pedagógico, a integração crítica de ferramentas digitais em contextos de educação escolar indígena deve priorizar a literacia algorítmica como componente curricular. Educadores podem utilizar a IA não como fonte de verdade, mas como objeto de análise, estimulando estudantes a identificar vieses, comparar saídas algorítmicas com narrativas ancestrais e refletir sobre quem treina os modelos e com quais fins. A geração assistida de materiais bilíngues, a organização de acervos sonoros de anciãos e a criação de interfaces visuais que respeitem a estética e a simbologia comunitária são aplicações viáveis, desde que supervisionadas por profissionais e saberes locais. A tecnologia, nesse cenário, deixa de ser imposição externa para se tornar extensão pedagógica controlada pela comunidade.

A documentação e revitalização de línguas indígenas representam outro campo de potencial decolonial. Algoritmos de reconhecimento de fala e modelos de linguagem podem auxiliar na criação de dicionários digitais, aplicativos de pronúncia e sistemas de transcrição de narrativas orais. Contudo, essa aplicação exige ressalvas éticas rigorosas: a IA não deve substituir o papel dos falantes nativos e guardiões linguísticos, nem deve operar como arquivo aberto de conhecimentos restritos. Modelos de código aberto, treinados exclusivamente com dados autorizados e hospedados em servidores comunitários ou institucionais parceiros, oferecem caminhos mais seguros para evitar a mercantilização digital de saberes originários. O diálogo decolonial com a tecnologia, portanto, não se mede pela sofisticação do algoritmo, mas pela capacidade de submeter seu desenvolvimento aos projetos de autonomia, memória e futuro dos povos indígenas.

4.4 Tensões produtivas: entre apropriação e autonomia tecnológica

O encontro entre literatura indígena e inteligência artificial é atravessado por uma tensão

estrutural que, longe de ser impeditiva, pode ser produtiva se devidamente mediada. De um lado, há o risco de apropriação tecnológica: a captura de narrativas, línguas e estéticas indígenas por plataformas corporativas que as transformam em *commodities* digitais, desvinculadas de seus contextos de origem e submetidas a lógicas de engajamento e monetização. De outro, emerge a possibilidade de autonomia tecnológica: a apropriação crítica dessas mesmas ferramentas por comunidades, escritores e educadores indígenas para fins de visibilidade política, documentação cultural e expansão criativa. Essa dualidade exige uma postura de vigilância epistêmica e de agência coletiva.

A soberania digital indígena não se resume ao controle técnico sobre servidores ou códigos-fonte, mas à capacidade de definir os parâmetros éticos, estéticos e políticos que regem o uso da tecnologia. Isso implica reconhecer que a autodeterminação no século XXI passa também pela esfera digital: quem tem acesso aos dados, quem os interpreta, quem se beneficia dos produtos gerados e quem pode contestar suas representações? Responder a essas perguntas exige a participação indígena não apenas como usuária, mas como projetista, auditora e guardiã dos sistemas algorítmicos. Iniciativas que já caminham nessa direção demonstram que é possível desenvolver interfaces que respeitem a temporalidade indígena, incorporem metáforas cosmológicas na navegação e permitam que comunidades classifiquem, ocultem ou compartilhem conteúdos conforme seus próprios protocolos.

As tensões entre apropriação e autonomia, portanto, não devem ser resolvidas pela rejeição total da tecnologia nem pela adesão acrítica a ela, mas pela construção de mediações críticas que reconheçam a assimetria histórica sem paralisar a ação. A literatura indígena, ao ser compreendida como código cultural vivo, oferece justamente o repertório necessário para essa mediação: ela ensina que a palavra é vínculo, que a narrativa é território e que a tecnologia, quando descolonizada, pode servir à continuidade da vida, e não à sua substituição. Descolonizar os códigos da inteligência artificial, nesse sentido, é um processo contínuo de negociação, escuta e coautoria, onde o algoritmo se submete à sabedoria, e não o contrário. É nessa intersecção que se abre o caminho para uma prática tecnológica que honre a pluralidade epistêmica e contribua para projetos de futuro desenhados pelas próprias mãos, vozes e sonhos dos povos originários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo aponta que o encontro entre a literatura indígena contemporânea e a inteligência artificial não é um fenômeno neutro, mas um espaço

de disputa epistêmica onde se negociam visões de mundo, soberania narrativa e futuros tecnológicos. Ao compreender a produção literária originária como código cultural vivo, estruturado pela oralitura, pela relação com o território e por protocolos comunitários de circulação do saber, torna-se evidente que os modelos algorítmicos hegemônicos, fundados na tokenização estatística e em corpora universalizantes, operam frequentemente como mecanismos de homogeneização e apagamento simbólico. A IA, em sua configuração atual, não “lê” a literatura indígena; ela a reprocessa, arriscando reproduzir colonialismos digitais ao extrair narrativas de seus contextos cosmológicos e políticos.

Diante da questão central que norteou esta pesquisa, conclui-se que o diálogo ético e epistemologicamente equilibrado entre esses dois campos só se viabiliza quando a tecnologia é submetida à soberania narrativa dos povos originários, e não o inverso. Isso exige uma mudança de paradigma: da lógica extrativista de dados para a coconstrução guiada por princípios como os CARE; da tradução automática descontextualizada para a mediação crítica supervisionada; e do desenvolvimento corporativo fechado para arquiteturas abertas, governadas pelas comunidades. Descolonizar os códigos da inteligência artificial, portanto, não significa rejeitar a inovação, mas reorientá-la a partir da escuta, do respeito aos protocolos ancestrais e do reconhecimento da pluriversalidade dos saberes.

As contribuições deste estudo para o campo dos estudos indígenas e para as práticas educativas interculturais residem, primeiramente, na proposta de uma literacia algorítmica decolonial, que posiciona a IA como objeto de análise crítica em sala de aula, e não como fonte autoritária de conhecimento. Para a educação escolar indígena, isso implica desenvolver materiais pedagógicos bilíngues com supervisão comunitária, utilizar ferramentas digitais para documentação segura de línguas em revitalização e formar educadores capazes de identificar vieses culturais nos sistemas tecnológicos. No plano teórico, o artigo avança ao tratar a literatura indígena não como insumo para treinamento de modelos, mas como epistemologia orientadora para o desenvolvimento ético da tecnologia, reforçando que a inovação só é legítima quando serve à autonomia e à continuidade da vida comunitária.

Reconhecendo os limites desta investigação, abrem-se caminhos férteis para pesquisas futuras. Estudos empíricos colaborativos, desenvolvidos em parceria direta com escritores, linguistas e guardiões de saberes indígenas, poderão testar e validar modelos de IA, especificamente, treinados com corpora autorizados e governados localmente. Investigações sobre auditoria algorítmica a partir de perspectivas originárias, o desenvolvimento de

plataformas de código aberto para arquivos digitais comunitários e a análise longitudinal dos impactos da integração de ferramentas digitais em escolas indígenas são demandas urgentes. Além disso, pesquisas que explorem a interseção entre inteligência artificial generativa e práticas de oralitura poderão revelar novas formas de expressão que honrem a tradição sem fetichizá-la.

Por fim, cabe uma reflexão sobre o papel da academia não indígena neste diálogo. A universidade e os centros de pesquisa têm a responsabilidade histórica de dismantlar as estruturas epistêmicas que sustentaram o colonialismo, o que exige humildade metodológica, transparência nas parcerias e compromisso inegociável com a autodeterminação indígena. O acadêmico não indígena não deve se colocar como mediador onisciente ou tradutor autorizado, mas como aliado que reconhece seus próprios limites, amplifica vozes originárias em espaços de decisão e apoia a criação de infraestruturas tecnológicas que devolvam o controle às comunidades. Descolonizar a inteligência artificial é, antes de tudo, um ato político de redistribuição do poder simbólico e material. Quando a academia se alinha a esse princípio, ela deixa de ser reprodutora de colonialidade para se tornar parceira na construção de futuros digitais pluralistas, onde os códigos das máquinas aprendem, finalmente, a respeitar os códigos da terra.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Ruha. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim code*. Cambridge: Polity Press, 2019.

CARROLL, Stephanie Russo et al. The CARE principles for indigenous data governance. *Data Science Journal*, Geneva, v. 19, n. 1, p. 1-12, 2020.

DORRICO, Julie. *Literatura indígena contemporânea: história, memória e resistência*. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

GRAÚNA, Graça. *Literatura indígena: oralidade, memória e tradição*. São Paulo: Hedra, 2018.

GUERRA, Mirta. *Sumak kawsay / bem viver: epistemologias indígenas para um mundo plural*. Quito: Abya-Yala, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUKUTAI, Tahu; THOMPSON, John (Ed.). *Indigenous data sovereignty: toward an agenda for indigenous data governance*. Canberra: ANU Press, 2022.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. *A literatura indígena brasileira e o diálogo com a escola*. São Paulo: Peirópolis, 2015.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TUHIWAI SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica decolonial e práticas insurgentes. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 829-846, 2015.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 11 de maio de 2026
Aprovado em 10 de junho de 2026
Publicado em 18 de junho de 2026